



Substituição de vigilantes por detentos em órgãos estaduais de Alagoas gera protesto

Sindicato dos Vigilantes diz que reeducandos farão a guarda; Secretaria de Ressocialização nega



Vigilantes protestam em frente à Fapeal contra substituições FOTO: JOBISON BARROS

Mudanças no sistema de vigilância em órgãos públicos estaduais de Alagoas têm provocado reações por parte do sindicato que representa a categoria. Na manhã desta segunda-feira (6), um grupo de vigilantes protestou em frente à Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas

(Fapeal), em Maceió, contra a suposta troca de profissionais por reeducandos.

O sindicato alega ter sido comunicado de que os vigilantes que atuam em pelo menos quatro secretarias seriam substituídos, ao longo dos próximos meses, por reeducandos em processo

de reinserção profissional. Por outro lado, a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) e as pastas citadas negam as mudanças, embora ressaltem a necessidade de inclusão.

“Ao todo, 1.208 vigilantes perderam o emprego na gestão atual, seja na Secretaria de Educação, da Fazenda, de Saúde ou no IMA [Instituto do Meio Ambiente]. Agora, temos oito colegas de sobreaviso na Fapeal, ou seja, prestes a ir pra rua. Ficamos sabendo, já que não houve nada oficial, que os vigilantes foram substituídos por reeducandos do sistema prisional”, afirmou José Cícero da Silva, diretor financeiro do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

De acordo com ele, o sindicato não se posiciona contra a reinserção profissional dos reeducandos. No entanto, José Cícero ressalta a necessidade de formação. “Queremos deixar claro que o sindicato não é contra, não se opõe ao trabalho dos reeducandos, desde que não se retire os vigilantes, que estão preparados para o serviço, andam armados e precisam manter suas famílias. O Estado precisa criar postos de serviço para os reeducandos”, acrescentou.

Questionada pela reportagem da Gazetaweb, a Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social (Seris) negou qualquer substituição e informou que os reeducandos atuam apenas em serviços administrativos. No caso específico da Fapeal, a Seris informou que os serviços prestados são de auxiliar de portaria ou outros serviços administrativos.

“O que está havendo é uma grande confusão. Não existe substituição. O que existe é que os reeducandos estão sendo reinseridos no mercado de trabalho, por meio de serviços administrativos. Na Fapeal, eles atuam como auxiliar de portaria, um cargo que não exige uma formação específica, como no caso dos vigilantes”, explicou Shirley Araújo, gerente de Reintegração Social da Seris.

Fonte: Gazeta Web



Vitória do Sindivigilantes do Sul! Justiça proíbe descontos irregulares da Lince nos salários



9ª Vara do Trabalho determinou a restituição dos valores já descontados

Uma importante vitória foi conquistada pelo Departamento Jurídico do Sindivigilantes do Sul no processo contra a Lince Segurança Patrimonial Ltda. A sentença da 9ª Vara do Trabalho do dia 31 de outubro declarou que são ilegais e proibiu os descontos salariais sob a rubrica de “descontos de valores de férias pagos a maior”, que a empresa vinha fazendo desde outubro do ano passado.

O juiz do trabalho substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto diz não haver dúvidas de que a empresa realmente fez os descontos, devido a supostos pagamentos à mais de férias aos empregados, que teriam acontecido entre os anos de 2011 e 2015. Segundo ele, esse pagamento a

maior não foi comprovado pela Lince.

Busatto acrescentou que a empresa não esclareceu a forma como teria ocorrido o erro. Segundo ele, também não houve autorização expressa dos vigilantes para a realização dos descontos nos salários e parcelas rescisórias.

“Tendo em conta a natureza alimentar do salário, considero ilegal o procedimento adotado pela reclamada (Lince)... Impõe-se assim, a devolução dos valores irregularmente descontados... não podem os empregados serem responsabilizados pela má administração da organização financeira da reclamada”, sentenciou.

O advogado Arthur Dias Filho, da assessoria jurídica do sindicato, comemorou o resultado: “Destaco da sentença o fato de, além de ter declarado a ilegalidade dos descontos referentes a supostos pagamentos a maior de férias, bem como a restituição dos valores descontados sob esse título, que ela consolidou a obrigação de não fazer (suspensão dos descontos) que já havíamos ganho por meio de tutela antecipada, sob pena de multa diária de R\$ 10.000,00 a ser revertida a favor dos trabalhadores”, disse.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Sindforte-RN participa do I Fórum de Promoção do Trabalho Decente do Rio Grande do Norte



Diretores do Sindforte-RN participaram do evento em defesa do Trabalho Decente

Os desafios das instituições em defesa do trabalho decente diante da Reforma Trabalhista foram debatidos durante o I Fórum de Promoção do Trabalho Decente, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. Diretores do Sindforte-RN participaram nos do evento, que teve como palestrantes a procuradora do MPT Dra. Ileana Neiva Mousinho; o Oficial de Projeto da OIT Dr. José Ribeiro Soares Guimarães; o mediador do MTE/RN Dr. Cláudio Gabriel e a auditora fiscal do TEM/RN Dra. Marinalva Dantas.

Em vigor a partir do dia 11 de novembro, a Reforma Trabalhista vem mobilizando a classe trabalhadora, seus representantes e os órgãos de defesa na luta contra a retirada de direitos. Segundo o Dr Cláudio Gabriel, todas as entidades de classe deverão ir além para intensificar a atuação sindical neste momento. “Não podemos deixar de lutar contra esse feito”, enfatizou.

Em sua apresentação sobre estudos do

trabalho decente no Rio Grande do Norte, o representante da OIT Dr. José Ribeiro afirmou que em nenhum momento a Organização foi chamada para discutir a reforma trabalhista, e destacou que os problemas enfrentados hoje nas contratações e demissões podem piorar com as alterações.

Trabalho Escravo

A tentativa do governo golpista de Temer de escancarar as portas ao trabalho escravo e trazer retrocessos cada vez maiores ao Brasil foram destacados pela auditora fiscal do MTE Dra. Marinalda Dantas. Ela relatou a importância da atuação e fiscalização para combater as práticas da escravidão moderna não só no Rio Grande do Norte, mas em todo o país. Emocionada, Dantas apresentou ainda um vídeo relatando a vida de pessoas forçadas à escravidão, as condições precárias de vida e trabalho e as torturas a que são submetidas.

Fonte: CNTV

Vigilantes da Paraíba denunciam prática abusiva da Assembleia Legislativa



Diretores do Sindicato dos Vigilantes da Paraíba durante mobilização realizada com vigilantes da Assembleia Legislativa do Estado

Vigilantes da Paraíba que prestam serviço para a Assembleia Legislativa do Estado, com apoio do Sindicato dos Vigilantes da Paraíba (Sindvig/PB) realizaram uma manifestação na manhã desta segunda-feira (6) em resposta ao anúncio do presidente da Casa, Deputado Gervásio Maia Filho, sobre a rescisão do contrato de 54 trabalhadores da empresa Kairos Segurança. O motivo da demissão é simples: contratar policiais reformados para fazer a segurança do local.

O presidente do Sindvig-PB, Williams dos Santos, definiu a prática do deputado como inaceitável. “Cada um deles já possui uma fonte de renda, e os vigilantes possuem apenas esse trabalho. Caso o contrato não seja renovado esses companheiros ficarão

desempregados”, protestou. Isso tudo sem contar o agravante de colocar pessoas sem a devida formação e qualificação para exercer atividades de vigilância.

Visando coibir a prática abusiva, o Sindvig-PB acionou o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e pediu que haja intervenção. Ainda não há resposta sobre a ação. O Sindvig-PB lembra aos companheiros que prestam serviço à Assembleia Legislativa que neste momento é fundamental que todos estejam unidos para, juntamente ao sindicato, resistirem aos abusos políticos.

Fonte: CNTV

10 de novembro: Dia Nacional de Paralisação e Luta

No dia 11 de novembro, entrará em vigor a Reforma Trabalhista, uma dos maiores ataques aos direitos da classe trabalhadora. Um dia antes, 10, a CUT e demais centrais sindicais organizam o “Dia Nacional de Paralisação”, que pretende denunciar os retrocessos promovidos pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

Na data, serão realizadas diversas manifestações em todos os estados, mostrando à população as mazelas que o governo já trouxe à vida do trabalhador e o que ainda pode ser aprovado, como a Reforma da Previdência, que dificultará o acesso à aposentadoria.

Confira a programação completa por estado:

Bahia : Salvador

11h - Caminhada do Campo Grande até a Praça Municipal

13h - Manifestação na porta da Previdência Social no Comércio

Brasília

09h – Ato Fora Temer e suas medidas - Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios

Minas Gerais: Belo Horizonte

09h – Ato na Praça da Estação

Mato Grosso do Sul: Campo Grande

16h – Ato na Praça Ari Coelho com enterro da CLT na superintendência do trabalho

Mato Grosso: Cuiabá

15h - Praça Ipiranga

Pará: Belém

08h30 – Concentração no TRT na Praça Brasil – Caminhada até o Ver-O-Peso

Piauí: Teresina

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

08h – Ato Unificado – Praça Rio Branco – Com Caminhada pelas Ruas do Centro

Rio Grande do Norte: Natal

14h – Ato com concentração na Praça Gentil Ferreira no Bairro Alecrim. Depois será feita uma caminhada pelas ruas principais até a Cidade Alta

Rio Grande do Sul: Porto Alegre

10h as 14h – Plenária de Mobilização - Auditório da Igreja da Pompeia (R. Barros Cassal, 220, Floresta POA)

16h – Abraço à Justiça do Trabalho – Av. Praia de Belas

18h – Ato das Centrais – Esquina Democrática

Rio de Janeiro: Rio de Janeiro

16h – Concentração na Candelária – Caminhada pra a Cinelândia

São Paulo: São Paulo

09h30 – Ato em São Paulo – Concentração na Praça da Sé

10h30 – Caminhada até a Avenida Paulista

Tocantins: Palmas

09h – Em frente a CEF – Quadra 105 Sul – Rua SE 01

Fonte: CNTV

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF